

Em nome do povo ordeiro deste Estado, que tem demonstrado seus pendores caracteristicamente de trabalho construtivo, permitam-se os deputados signatários da presente moção encarecer a Vossa Excelência, Sr. Presidente de todos os brasileiros, a necessidade imperiosa de neste momento de angústias e incertezas, reafirmar a determinação expressa em sua fala de 31 de dezembro, de garantir à população o mínimo a que faz jus, vale dizer, o esforço governamental em sustar o vertiginoso e insuportável aumento do custo de vida.

Mais veemente se torna este apelo quando, ainda embalados em vossa palavra de esperança para o ano que desponta, já a imprensa nos traz a estarecedora notícia de iminente aumento no custo do alimento básico, o pão.

As gestões de certos órgãos do Governo de Vossa Excelência, no sentido de promoverem a alta do custo de trigo, na ordem de 21 para 26 mil cruzeiros por tonelada, o que equivale, a um acréscimo de cerca de 17 cruzeiros por quilo de pão, trará como decorrência o desalento e a desesperança de melhores dias para esta Nação, com as inerentes implicações na ordem social pois os atingidos não silenciarão o seu direito reivindicatório.

Confiantes na capacidade de Vossa Excelência, de prever e prover, de se antepor e superar os graves problemas que possam ameaçar a estabilidade e o bem-estar, especialmente das classes obreiras, formulamos este apelo que se constitui também em clamor de advertência cooperadora para que impeça, por todos os meios que estão ao seu alcance, a concretização da ameaçadora medida cogitada. Não permita nem consinta, Senhor Presidente, que seja majorado o preço do trigo, para não agravar a mingua de pão deste povo que tanto confia em sua gestão, tão auspiciosa.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro.

O SR. FERNANDO MAURO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, a "Última Hora" de ontem, em sua primeira página, traz um artigo que, a meu ver — embora respeitando este matutino — não é condizente com sua atuação na imprensa. Fez ele uma análise sobre a instituição do parlamentarismo em São Paulo. Até aí nada há de mal, é um direito que lhe assiste, como órgão de imprensa popular e também como órgão de orientação coletiva; porém, em determinado período, além de ser injusto, vai mais além. Diz que os deputados procuram fazer uma ação entre amigos, esbulhando o povo e propiciando o maior escândalo e a maior imoralidade na história legislativa de São Paulo. Diz ainda que o espírito desta Assembléia é fazer uma "vaqui-nha" das secretarias.

Infelizmente, até o Arapua, que sempre foi, a meu ver, um homem culto, sereno, exorbitou em suas críticas, pois na edição de hoje da "Última Hora", em sua seção humorística, exacerba sua opinião, dando adjetivos não condizentes com a própria moral do Arapua, que tão bem conhece os componentes desta Assembléia, que tão dignamente têm sabido representar o povo de São Paulo.

Solicito a V. Exa. que convoque os Srs. Líderes, a fim de fazerem um amplo exame dos artigos publicados pela "Última Hora" e outros jornais, e para que apresentem sugestões que guardem a defesa deste poder, que é o baluarte do regime democrático.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência convocará uma reunião de líderes de bancadas, logo após o término da presente sessão.

Tem a palavra o nobre deputado Mário Telles. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Wilson Lapa.

O SR. WILSON LAPA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, sob o patrocínio da FARESP nos dias 19, 20 e 21 de janeiro na cidade de Araraquara, se realizará um grande Congresso Estadual Rural, com a presença de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas.

A iniciativa da FARESP visa sobretudo discutir os problemas agropecuários do Brasil e em especial os do Estado de São Paulo, o maior centro demográfico agropecuário do país, dando às autoridades da República a conhecer a voz autêntica, legítima e autorizada dos verdadeiros homens que trabalham a terra.

Sem dúvida alguma este Poder, Sr. Presidente e Srs. deputados, precisa manifestar-se em relação a este Congresso que a FARESP vai realizar e precisa mesmo dele participar através de uma representação que V. Exa., Sr. Presidente, deve imediatamente designar, a fim de estando presente ao Congresso oficialmente um nome desta Casa, possa conhecer os problemas da agricultura paulista pela voz legítima e autêntica da gente mais abandonada, mais explorada, mais aviltada, mais traída, mais enganada e, entretanto, gente heróica, que a despeito de tudo e de todos, vítima por excelência dos governos resiste e sobrevive à onda destruidora contra ela invisível e misteriosamente desencadeada. Que os pregoeiros de reformas agrárias suspeitas e eleicoeiras, já desmascarados, sem encontrar no seio da classe as repercussões que sempre desejaram para seus apetites políticos, deixem em paz os lavradores, pois que eles apresentarão as soluções reais e verdadeiras, adequadas aos seus problemas, visando os mais altos interesses do povo e da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Murilo Sousa Reis. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammógia.

O SR. ARCHIMEDES LAMMOGLIA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, era minha intenção, hoje, narrar um acontecimento que, apesar de corriqueiro, não deixa de ser curioso em São Paulo e em todo o Brasil. É com referência ao Departamento dos Correios e Telégrafos. Tenho em mãos uma carta que foi enviada, em 14 de novembro de 1961, da Capital para Itu, à Avenida da Saudade n. 312. Essa carta perambulou possivelmente por todo o Interior do Estado, passou por Campinas e outras cidades próximas aquela para a qual fora destinada — tendo sido riscado o nome da localidade para a qual foi remetida — retornando ao seu remetente em 23 de novembro, 42 dias depois de sua emissão.

Fato curioso, sem dúvida nenhuma, embora, como disse, corriqueiro. No entanto, em contraste com isso, recebi ontem, dia 3, uma carta de Washington, emitida no dia 26 de dezembro de 1961, logo após o Natal.

Era, pois, intenção minha, fazer um apelo ao Departamento dos Correios e Telégrafos. Hoje, porém, deparei com uma notícia alvissareira. O Departamento dos Correios e Telégrafos vai promover uma campanha de educação sobre correspondência postal, evitando assim, o extravio de cartas e possibilitando a sua pronta entrega pelo referido Departamento.

Sr. Presidente, queria também congratular-me hoje com o dia da abreviatura, que se comemora no Brasil inteiro como justa homenagem ao cientista brasileiro Manuel de Abreu.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Vicente Botta.

O SR. VICENTE BOTTA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, tema vultoso o grave problema da escassez da farinha de trigo nesta Capital e no Interior do Estado. Os punificadores, tanto nesta cidade como nas do Interior, não conseguem adquirir o produto em quantidades suficientes para o consumo. O abastecimento piora progressivamente, faltando já a farinha em alguns municípios. Em decorrência, ressuruiu o mercado negro praticado principalmente por intermediários. O mercado negro verifica-se todas as vezes que o produto começa a escassear. Panificadoras e confeitarias passam a pagar mais para obter a farinha, estabelecendo-se, assim, preço artificial, pago pelos outros consumidores para evitar a paralisação dos seus estabelecimentos. Não é fácil a localização do mercado negro, uma vez que os preços de notas e faturas são legais, sendo a diferença paga "por fora". Por outro lado os compradores não se dispõem a apontar os infratores para não se verem privados dos fornecimentos. Periclitamente, esta situação se repete, sem que o governo federal determine as condições para combatê-la. Isto porque a escassez e o mercado negro decorrem da distribuição limitada de quotas de trigo em grão aos moinhos para a moagem. Recebendo quotas mínimas as indústrias apenas atendem às necessidades mais imediatas do consumo. As quotas de trigo em grão são disputadas pelas indústrias, pois estas trabalham em média com pouco mais de 30% da capacidade nominal. Assim, podendo produzir maiores quantidades de farinha do que atualmente, as indústrias dependem apenas do fornecimento de trigo feito pelo governo. O governo vem entregando com atraso as quotas destinadas ao mercado de São Paulo e, por esta razão, verificam-se os distúrbios de abastecimento e de preços. Esse sistema favorece a continuação da "falta controlada do produto", que se acentua em algumas ocasiões, pelas manobras dos especuladores. O Serviço de Expansão do Trigo do Ministério da Agricultura deveria, portanto, combatendo essa situação anômala, destinar maior quota de trigo em grão para o Estado de São Paulo, para distribuir aos moinhos. Aumentada essa quota o abastecimento da Capital e do Interior não mais ficará dependendo, como tem acontecido muitas vezes, da chegada de navios transportando trigo em grão. Nesta emergência, porém, se faz necessária uma ação mais enérgica do Governo Federal, e dos seus órgãos competentes, para que a atual escassez seja imediatamente sanada, sob pena de não termos, dentro em breve, o abastecimento de pão em nosso Estado.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. HENRIQUE PERES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, até o presente momento tudo que se tem falado a respeito da Estrada de Ferro Central do Brasil, não tem merecido a necessária atenção dos responsáveis pelo transporte ferroviário na estrada que liga os dois

maiores centros do País — Rio de Janeiro e São Paulo.

O pior serviço que se possa imaginar oferece a Central do Brasil no território paulista. No entanto, os preços das passagens continuam sempre em crescente elevação. Em pouco menos de trinta dias os preços do Alvorada, trem que faz a ligação Mogi das Cruzes-São Paulo, teve um aumento de oitenta por cento. Através da tribuna desta Casa do Povo lavramos nosso protesto: contudo, nossas palavras não encontraram eco no seio da diretoria da Estrada, e nossos pobres compatriotas, que se servem desse meio de locomoção, continuam pagando um aviltante preço por um mau serviço.

Ainda agora assistimos estorrecido a maneira como são transportados nossos patriotas naquela ferrovia.

Um trem, o chamado "Expresso", com apenas três carros, transporta um número de passageiros que dez carros seriam insuficientes para transportar. Os passageiros viajam nas piores condições, amontoados como mercadoria e nunca como seres humanos. Na primeira estação, Mogi das Cruzes, nova multidão tenta tomar essa condução. Entretanto poucos conseguem chegar até os vagões, e a grande maioria fica na gare, decepcionada, aniquilada.

Mas as passagens vendidas para o citado trem, não são devolvidas e assim sucessivamente ao longo do percurso, numa nova modalidade de furto à economia de nossas populações que têm que se servir dos péssimos serviços prestados pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

Aqui fica o meu protesto, o protesto do povo que represento nesta Casa e que habita a Zona Norte do Estado, péssimamente servida pela Central do Brasil.

O SR. ANGELO ZANINI — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, a Secretaria da Segurança Pública instituiu, em boa hora, um serviço de rondas, que vem apresentando apreciável índice de rendimento, como fator de profilaxia social principalmente no centro da cidade.

Tal serviço, sob os cuidados do Dr. Alfredo Augusto, do 1.º Distrito Policial desta Capital, elemento que honra a Polícia de nosso Estado, pela sua cultura, ponderação e inquebrantável honestidade, tem propiciado o clima de calma e sossego aqui observado, que inculca à população de nossa Capital um espírito de paz e confiança na ação de nosso Governo.

A Polícia de São Paulo tem sido criticada muitas vezes nesta Casa. No momento, como o presente, em que ela faz jus ao nosso aplauso, não haveria razão para que este lhe fosse negado.

Aplaudimos, pois, prazerosamente, o serviço de rondas instituído pela Secretaria da Segurança Pública nesta Capital, pela tranquilidade e segurança que ele vem trazendo à população paulistana.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar à Ordem do Dia.

— Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE — Antes de iniciar a Ordem do Dia, desejava esta Presidência informar a este Plenário — satisfação que meus colegas sempre tiveram nesta Presidência — dos motivos da apresentação na Ordem do Dia da presente sessão, formada pela Presidência, de um único item, que é a discussão e votação da proposta de Reforma Constitucional. A Presidência assim se manifesta porque toda a imprensa de São Paulo vem deturpando a posição desta Presidência e da Casa, (Muito bem!) no desejo de intrigar este Poder com o povo. A Presidência colocou esta proposição, para que seja apreciada pelo Plenário da Casa, assim como já colocou toda a matéria ou quase toda a matéria contida na convocação do período extraordinário. Ao formar a Ordem do Dia da competência desta Presidência, não viu o Presidente proposições do governo, da minoria ou da maioria. Colocou na ordem do dia, indiscriminadamente, proposições de origem do Executivo e de iniciativa da generalidade dos Srs. deputados. Passou o período de se colocarem as proposições de prazo fatal. Restaria a esta Presidência ter o mesmo procedimento com matéria da importância da alteração da Carta Magna paulista. E assim fez, porque achou que este Plenário deve discutir a matéria, pois ela foi relacionada pela maioria dos Srs. deputados para ser discutida e votada. E a colocou como único item, porque assim obriga o Art. 265 do Regimento Interno. Não poderia pôr mais nenhuma outra, porque assim estava impedida pelo Regimento Interno desta Casa. Esta explicação seria desnecessária, já que os Srs. deputados bem conhecem e bem avaliam o procedimento desta Presidência, procurando, dentro do possível (os erros são humanos), usar desta Presidência no sentido rigorosamente judicante. Mas, como há intriga, como a imprensa toda, sem exceção, tem procurado levar o povo a se incompatibilizar com este Poder, mesmo que estas palavras não sejam publicadas como sei que o não serão, ficarão elas consignadas, entretanto, no Diário Oficial e nos Anais desta Casa, como demonstração do procedimento desta Presidência. Eram as explicações que eu devia ao povo de São Paulo, através do Diário Oficial, e aos parlamentares que me honram, prestigiando-me nesta Presidência. (Palmas prolongadas. Muito bem!).

O SR. CHAVES DE AMARANTE (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, solidarizo-me com V. Exa. ante as injustas críticas e as calúnias de que tem sido vítima. (Muito bem!) Quero testemunhar, como líder do bloco majoritário da Assembléia, a maneira serena, correta e criteriosa como V. Exa. tem conduzido os nossos trabalhos. Naturalmente, estamos agora em fase de um assunto polêmico, que tem despertado o estudo dos grandes juristas da nossa terra, os quais, entretanto, não nos fornecem pareceres uniformes, porque são questões de especulação jurídica, de uma ciência abstrata em que várias escolas se debatem e se confrontam no exame de matéria constitucional tão controversa. Divirjo do ponto de vista de V. Exa., combaterei o ponto de vista de V. Exa. lealmente, desta tribuna, mas respeito a sinceridade de V. Exa., respeito os altos princípios de V. Exa. e, nesta hora em que V. Exa. é insultado e caluniado, quero lembrar a minha palavra de solidariedade e de repúdio a essas calúnias que atingem a todo o Poder Legislativo.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Para reclamação) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, São Paulo sabe que não podemos nunca ter entendimento político ideológico. V. Exa. é um leal e justo ulista. Eu sou e serei sempre uma autêntica getulista. E é assim mesmo, Sr. Presidente, como getulista, que me honro de ser, que me declaro solidária não com V. Exa., porque V. Exa. não se pode considerar atingido pela lama onde vivem aqueles que só na lama podem viver, porque só da lama se alimentam, por uma imprensa subvencionada por um candidato destinado ao fracasso, à derrota, pela ausência total de qualidades de mando, de administrador, de homem público. Tem dinheiro. E com dinheiro compra uma imprensa que é passível de ser comprada. (Não apoia) du.) Compra essa imprensa, e compra o que tem de pior, porque:

— (É dado aparte anti-regimental.)

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — Nobre deputado Antônio Mastrocola, V. Exa. não orienta minhas palavras, porque não é mentor de si próprio. Não tem qualidade para se dirigir. Não pode dirigir-me.

— (É dado aparte anti-regimental.)

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — Coitado do deputado Antônio Mastrocola. Não sabe dirigir-se, e quer dirigir-me.

— (É dado aparte anti-regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência pede a atenção do nobre deputado Antônio Mastrocola. Não são permitidos apertes; a nobre deputada fala para reclamação.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — Não estou aqui para defender V. Exa., Sr. Presidente. Por isso mesmo, considero o aparte anti-regimental um coitado. V. Exa. não necessita da minha defesa, como não necessita da defesa de quem quer que seja. Estou solidária com V. Exa. Estou aqui para proclamar a São Paulo a verdade por inteiro. Não tenho medo da imprensa. Não tenho. Sou jornalista, e jornalista sindicalizada. Tendo disso inenso e extraordinário orgulho, mas por pertencer à imprensa que representa a democracia e não à imprensa que representa o balcão (muito bem), não à imprensa que quer viver de picaretagem. Essa imprensa não pode atingir V. Exa., Sr. Presidente, V. Exa. é homem de bem (muito bem), e congrega, nos poderes constitucionais e regimentais, os homens de bem que representam um povo de bem nesta Casa. V. Exa. é o Presidente do Poder Legislativo. Não precisa defesa; não há necessidade de defesa de quem quer que seja. Nem desta deputada, nem de nenhum deputado. V. Exa. deve viver por inteiro aquele velho conceito: "Os cães ladram, mas a carruagem segue".

V. Exa. tem uma convicção. Defende desastrosamente essa convicção. Essa imprensa subvencionada pelo Secretário da Agricultura (não apoia) pode defender o ponto de vista do seu frezes. Mas defenda com decência; defenda engrandecendo o regime democrático. E defenda, Sr. Presidente, porque é justo que queira essa imprensa industrial encher a sua gaveta. É direito legítimo. Mas não tem direito essa imprensa a atacar a honra inatável de V. Exa. V. Exa. está, como Presidente desta Casa, exercendo um legítimo direito. É seu, como posso, como é também daqueles que não se empolgam pelo parlamentarismo, pois é legítima a atitude daqueles que vão combater o parlamentarismo. Isto é a democracia. É a essência mais extraordinária do regime que representamos. É o direito de discutir. É o direito de discordar. Mas não o direito de insultar; não o direito de macular a honra de pessoas de bem.

Onde está o direito dessa imprensa que se vende a um candidato fracassado, a um candidato que manda comprar fazendas limítrofes com a sua